

# Pacote força queda de juros

SERGIO LEO

BRASÍLIA — O pacote de ajuda aos estados baixado na semana passada pelo Ministério da Fazenda reduzirá à metade os juros pagos pelos governos estaduais nas dívidas de quase R\$ 2 bilhões com os bancos — conhecidas pelos burocratas com o nome de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO). É uma queda colossal: de quase 120% ao ano para algo em torno de 49%; ainda assim um custo difícil de carregar pelos estados. A medida, segundo afirmam economistas do governo, é um reconhecimento de que o controle do déficit público — essencial para a estabilização — fracassará sem uma política agressiva de redução dos juros.

Engana-se quem pensa que a ajuda veio somente pela pressão crescente dos governadores e de suas bancadas no Congresso. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, deixou clara a situação do governo federal ao comparar o programa de ajuste dos estados aos planos de estabilização recomendados pelo FMI. "O Fundo tem a opção de não emprestar; nós não".

As dívidas com AROs são uma pequena parte dos R\$ 82 bilhões devidos pelos estados — a maior parcela em títulos negociados no mercado financeiro, a chamada dívida mobiliária, de R\$ 38 bilhões, que receberá um tratamento especial, ainda em estudo pela Fazenda — mas que será acompanhada de um programa de privatizações e de algum mecanismo de redução das dívidas, a exemplo do que ocorreu na renegociação da dívida externa.

**Juros** — Os dados do Banco Central mostram que o peso da conta de juros aumentou o déficit do governo, este ano, em quase 5% do Produto Interno Bruto — quantia superior a R\$ 20 bilhões,

mais de três vezes todo a arrecadação prevista com a nova legislação do Imposto de Renda das empresas. Boa parte das dívidas estaduais foi formada, porém, para pagar despesas inadiáveis dos estados, como pessoal. Por isso, no pacote de ajuda aos governadores, foi incluído um programa de ajuste, que exige metas de cortes de gastos e redução da folha do funcionalismo. Se o governo não conseguir o ajuste nas despesas dos estados, os esforços para redução de juros não terão efeito, argumenta Malan.

O dilema da equipe é que ela está obrigada a agir, ao mesmo tempo, em todas as frentes da despesa pública. Segundo os números à disposição do governo, somando-se as contas do Tesouro Nacional e da Previdência, a arrecadação de impostos aumentou, este ano, até setembro, cerca de R\$ 11 bilhões, dos quais R\$ 4 bilhões foram transferidos aos fundos de participação dos estados e municípios. As despesas de pessoal aumentaram R\$ 5,5 bilhões; as despesas com aposentadorias e pensões, outros R\$ 5,5 bilhões, e os juros, R\$ 4 bilhões.

"Até o Chico Lopes (Francisco Lopes, diretor de Política Econômica do Banco Central) começa a reconhecer em público que os juros são responsáveis pela piora nas contas públicas. Toda a equipe sabe que não adianta medidas de corte de despesas sem se resolver o problema da dívida pública", diz um dos principais responsáveis no governo pela discussão das contas fiscais.

Lopes, em seminário na Fundação Getúlio Vargas, sexta-feira, no Rio, endossou a avaliação do ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, para quem o efeito dos juros põe em risco o esforço de estabilização.